

Introdução

A presente pesquisa trata sobre a inserção do design na administração pública, sendo um primeiro passo para a produção de conteúdo científico sobre o tema. O design é um domínio extenso, e suas diversas visões revelam amplas oportunidades de atuação. A palavra design apresenta uma ambiguidade, designando simultaneamente o processo e o resultado de uma atividade de design (tradicionalmente, um plano ou uma forma). Brigitte Borja de Mozota (2003) explica que o design é uma disciplina que conecta ciência e arte, dois domínios de natureza complementar fundamentais para os designers. Assim, há designers que praticam a esfera mais artística e cultura da profissão, ressaltando o resultado de um processo de design, e designers que exploram uma perspectiva mais processual, conectando design, estratégia e gestão.

A delimitação do campo e o entendimento de como o design se relaciona com as organizações figuram como tarefas bastante custosas. Aparentemente, a organização, entendida sob um paradigma funcionalista, molda a definição de design de acordo com suas estruturas e necessidades. Por exemplo, as organizações que desenvolvem projetos em design de serviços adotam definições que conectam design e estratégia, alinhando os serviços ao planejamento organizacional. Por outro lado, as organizações que trabalham com projetos de mobiliário preferem definições que aproximam design e arte, valorizando a estética.

Peter Gorb e Angela Dumas (1987) explicam que o design permeia as organizações em diferentes esferas. Tradicionalmente, o design envolve diferentes disciplinas com ofícios comuns, e se insere nas organizações através de funções como o design gráfico, o design de produtos e o design de espaços. Para um melhor entendimento de como o design contribui para as organizações, é preciso vê-lo como uma ampla família de profissões sob um termo genérico (COOPER, R.; PRESS, M., 1995; BORJA DE MOZOTA, B.; 2003).

Borja de Mozota (2003) também explica que o design hoje não é mais visto apenas como o resultado de uma atividade de design, mas como um processo criativo e de gestão que integra outros processos organizacionais. Por exemplo, a

gestão de ideias, que envolve a ideia de outros colaboradores dentro da organização, a gestão da inovação e a gestão de pesquisa e desenvolvimento (P&B) são estruturas processuais tradicionais que são modificadas através do processo de design. Sob essa perspectiva também se enquadram as emergentes práticas de design de serviços, que geralmente resultam na concepção de sistemas e processos por uma abordagem multidisciplinar que visa a melhora de serviços para os usuários (STICKDORN, M.; SCHNEIDER, J.; 2011). O uso do design a nível estratégico em uma organização está condicionado à introdução do design nos processos organizacionais (onde informa decisões estratégicas), ao uso do design como diferencial competitivo e à boa compreensão do alto escalão organizacional sobre o design (DESIGN COUNCIL; 2013). Se o design se insere nas organizações e contribui através de uma gama tão ampla de funções, sem dúvida, isso se deve a multidisciplinaridade do campo.

Há indícios de que o investimento em design contribui em um nível financeiro para as organizações (HERTENSTEIN, J. H.; PLATT, M. B.; 1997). Os autores explicam que é fácil a identificação de benefícios como o aumento no volume de negócios, o aumento no número de exportações e a diferenciação perante o mercado. Todavia, o investimento em design não está restrito somente ao nível financeiro. O aumento no reconhecimento de marca, o pensamento estratégico, a produtividade, a criatividade e a satisfação do consumidor são exemplos de benefícios que não compreendem aspectos econômicos (HERTENSTEIN, J. H.; PLATT, M. B.; 1997; DESIGN COMMISSION; 2013). Cada organização deve usar as ferramentas mais apropriadas para a gestão do design de acordo com a sua própria situação (COOPER, R; PRESS, M.; 1995; DESIGN COMMISSION; 2013).

As organizações do setor público apresentam estruturas e necessidades diferentes das organizações no setor privado, e, portanto, devem utilizar a gestão do design de modo mais apropriado a sua situação. Se as organizações moldam a definição de design de acordo com suas estruturas e necessidades, logo o design como processo ou resultado deve se adequar a essas temáticas.

Há uma série de maneiras, por exemplo, de abordar a reforma dos serviços públicos: a abertura de licitações para concorrência, a redução da base de custos dos serviços públicos, a melhora da sua produtividade global e uma oferta de serviços públicos com um maior uso das tecnologias digitais. Todavia, todas essas abordagens podem incorporar princípios de design para alcançar o sucesso. Por exemplo, um processo criativo de design pode partir da “experiência do usuário”, investigando como os usuários podem extrair o maior valor possível de um produto

ou serviço. Esse processo busca diversas fontes de inspiração para soluções e encoraja a prototipagem, promovendo um rápido aprendizado empírico. Isso permite aos designers que atendam às necessidades dos usuários do melhor modo possível, no menor custo possível (DESIGN COMMISSION, 2013).

Paralelamente, o campo o design expandiu seus domínios, através de disciplinas como o design de serviços, o design social e o design de interação. Segundo a *Design Commission* (2013), divisão de pesquisa do “Grupo Parlamentar Multipartidário em Design e Inovação” da organização britânica *Policy Connect*, essas disciplinas estão estruturadas pelos processos criativos do design, mas incorporam habilidades e práticas de outros campos, como as ciências sociais. Essas habilidades criam oportunidades para que os designers participem do processo de formulação de políticas e serviços públicos, junto do aparecimento de modelos como o de co-design e o de co-criação (DESIGN COMMISSION; 2013; SANDERS, E; STAPPERS, P; 2008).

A utilização do processo de design na formulação de políticas, especialmente as políticas de design, também é um tema de suma importância no setor público. Políticas de design são estratégias governamentais que desenvolvem os recursos nacionais de design, e incentivam o uso efetivo do design como processo ou resultado. Um tema comum para essas políticas é a criação de um ambiente favorável ao design, onde as organizações utilizam profissionais de design no desenvolvimento de produtos e serviços e as organizações públicas trabalham com designers na melhoria dos serviços públicos para a população. As políticas de design assumem diferentes formas em cada país, devido aos diferentes graus de compromisso do governo. Enquanto em alguns países o design é direcionado por uma organização nacional de design, em outros há uma série de decisões governamentais em diferentes programas. Recentemente, o foco mudou para a integração do design em outras políticas de governo, como a de inovação (RAULIK-MURPHY et. al.; 2010).

Atentos a essas questões e aos benefícios econômicos que o incentivo a indústria do design promove, como o aumento do número de exportações, os governos internacionais já investem em design a algum tempo (DESIGN COUNCIL; 2008b). Rachel Cooper e Mike Press (1995) mostram que o governo britânico, por exemplo, subsidiou £25 milhões para a contratação de consultores em design pela indústria até 1988, o que se mostrou uma medida efetiva promovendo um crescimento anual de 30% já na metade da década. Atualmente,

há políticas de apoio ao crescimento do setor de design e programas de inovação voltados especificamente para o setor público e suas demandas no Reino Unido.

Borja de Mozota (2003), aponta que há estruturas de promoção nacional do design por todo o mundo. Por exemplo, o Japão e a Dinamarca possuem centros de design ativos que organizam exposições, editam publicações, financiam pesquisas em design e incentivam a inserção do design em pequenas e médias empresas.

Há uma série de evidências sobre o desenvolvimento de um cenário de políticas e investimentos em design no setor público fora do Brasil. Todavia, as relações do design com as organizações do setor público brasileiro ainda são pouco estudadas. Esse trabalho, por tanto, busca conhecer as relações do design com o setor público, especificamente com as organizações públicas na hierarquia organizacional municipal da cidade do Rio de Janeiro (aqui, abreviadas como “administração pública”).

A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória, pois trata de um levantamento regional (a cidade do Rio de Janeiro) e busca conhecer o design na administração pública carioca com o intuito de fornecer bases para estudos posteriores. Com relação aos seus objetivos gerais, a pesquisa é classificada como descritiva, pois busca o conhecimento da gestão do design especificamente na administração pública carioca. E, por último, é descrita quanto aos seus procedimentos técnicos como uma pesquisa bibliográfica, documental, e de levantamento. Isso acontece pois é necessária uma revisão teórica sobre a gestão do design para que haja uma pesquisa documental e um levantamento adequados sobre a gestão do design pela administração pública.

Objeto da Pesquisa

A inserção do design na administração pública da cidade do Rio de Janeiro.

Problema de Pesquisa

Conforme justificado anteriormente, há indícios do desenvolvimento de um cenário de políticas e investimentos em design no setor público fora do Brasil. Todavia, as relações do design com as organizações do setor público brasileiro ainda são pouco estudadas (aqui limitadas à administração pública da cidade do Rio de Janeiro). Afinal, quem são os atores da gestão do design na administração

pública da cidade do Rio de Janeiro? Como se dá a gestão do design na administração pública da cidade do Rio de Janeiro? Que design é feito para a administração pública da cidade do Rio de Janeiro?

Objetivo Geral

Conhecer a inserção do design na administração pública da cidade do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

Explorar as principais contribuições teóricas existentes sobre a gestão do design e o design no setor público.

Localizar e identificar o design terceirizado pela administração pública carioca.

Identificar quem são os atores envolvidos na gestão do design na administração pública carioca.

Construir uma análise geral sobre as práticas de design terceirizadas pela administração pública carioca.

Objetivos Operacionais

Levantar em bibliotecas e na internet o referencial teórico relacionado à gestão do design e o design no setor público.

Analisar as principais contribuições teóricas sobre a gestão do design e o design no setor público.

Levantar documentos junto ao website da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sobre sua estrutura organizacional.

Identificar junto à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro possíveis fontes de informação sobre a origem e a aplicação de recursos municipais cariocas.

Identificar descritor para projetos, ações, funções em design dentro da administração pública carioca.

Levantar através de fontes de informação previamente identificadas empresas e/ou profissionais que prestam ou já prestaram serviços relacionados a design para a administração pública carioca e contactá-las.

Levantar através de cadastros disponibilizados pelo Laboratório de Gestão em Design – PUC-Rio, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico

Energia Indústria e Serviços, e o Centro Carioca de Design empresas e/ou profissionais que prestam serviços relacionados a design.

Elaborar um modelo de questionário estruturado online e aplica-lo junto às empresas previamente identificadas nesses cadastros.

Elaborar um modelo de questionário estruturado online e aplica-lo junto aos profissionais previamente identificados nesses cadastros.

Caracterizar as práticas de design terceirizadas pela administração pública carioca a partir da identificação de serviços de design, modalidades de contratação e outros itens quantitativos disponíveis.

Construir uma análise geral sobre o tema a partir dos dados levantados.

Estrutura Teórico-Metodológica

A título de exploração das principais contribuições teóricas existentes sobre a gestão do design e o design no setor público foram efetuados levantamentos de referenciais teóricos na Internet e nas bibliotecas. Para isso, foi efetuada uma revisão dessa bibliografia previamente levantada para um melhor entendimento sobre os processos de design, *frameworks* e estruturas organizacionais envolvidas na gestão do design e o no design no setor público. Assim, foram estudados principalmente autores como Brigitte Borja de Mozota, Rachel Cooper, Mike Press, John Bessant, Peter Gorb, Angela Dumas, Gisele Raulik-Murphy, *Design Commission* e *Design Council*.

Em um segundo momento, foi localizado e identificado o design terceirizado pela administração pública carioca. Para isso, primeiro foi levantada a estrutura organizacional municipal através do website da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, identificando as secretarias municipais, secretarias executivas, órgãos, fundações e institutos que integram a administração pública carioca. Em seguida, foram identificados junto à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro possíveis fontes de informação sobre a origem e a aplicação de recursos municipais. Nessas fontes de informação, foram identificados descritores para empresas e/ou profissionais que prestaram serviços em design para a administração pública carioca. Paralelamente, foram levantados através de cadastros disponibilizados pelo Laboratório de Gestão em Design – PUC-Rio, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Energia Indústria e Serviços, e o Centro Carioca de Design empresas e/ou profissionais que prestam serviços relacionados a design.

Em um terceiro momento, foram identificados quem são os atores envolvidos na gestão do design na administração pública carioca. Para isso, foram levantados através de fontes de informação previamente identificadas empresas e/ou profissionais que prestam ou já prestaram serviços relacionados a design para a administração pública carioca e contatá-las. Além disso, foram elaborados dois modelos de questionário estruturado online que foram aplicados junto à empresas e profissionais previamente identificados nos cadastros disponibilizados pelo Laboratório de Gestão em Design – PUC-Rio, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Energia Indústria e Serviços, e o Centro Carioca de Design empresas e/ou profissionais que prestam serviços relacionados a design.

Por último, foi construída uma análise geral sobre as práticas de design terceirizadas pela administração pública carioca. Assim, foram caracterizadas essas práticas nas organizações municipais a partir da identificação de serviços de design realizados, modalidades de contratação e outros itens quantitativos disponíveis para construir uma análise geral sobre o tema explorado.